



ENTRE COLUNAS

BIBLIOTECA DIGITAL
DE PESQUISAS MAÇÔNICAS



*A MAÇONARIA
E A IMPRENSA
NO BRASIL*

Márson Alquati

A MAÇONARIA E A IMPRENSA NO BRASIL

© 2019 by Márson Alquati.

Todos os direitos reservados e protegidos pela Lei 9.610 de 19/02/1998.

Autorizo a reprodução e divulgação total e/ou parcial deste trabalho por qualquer meio convencional ou eletrônico para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

FICHA CATALOGRÁFICA

G002c21

Alquati, Márson, 1972 –

A Maçonaria e a Imprensa no Brasil. Márson Alquati – 2019. – Nova Roma do Sul, RS – Entre Colunas: Biblioteca Digital de Pesquisas Maçônicas: História da Maçonaria/A Maçônica História do Brasil.

36 páginas.

1. Maçonaria. 2. História do Brasil. 3. Sociedades Secretas. 4. Imprensa.

G002c21

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Como citar este documento:

ALQUATI, Márson. *A Maçonaria e a Imprensa no Brasil*. In: História da Maçonaria: A Maçônica História do Brasil. Nova Roma do Sul, RS: Entre Colunas Biblioteca Digital de Pesquisas Maçônicas, 2019. Disponível em: <https://marsonalquati.wixsite.com/entrecolunas>. Acessado em: __/__/____.

Acesse outros trabalhos do autor:

<https://marsonalquati.wixsite.com/entrecolunas>

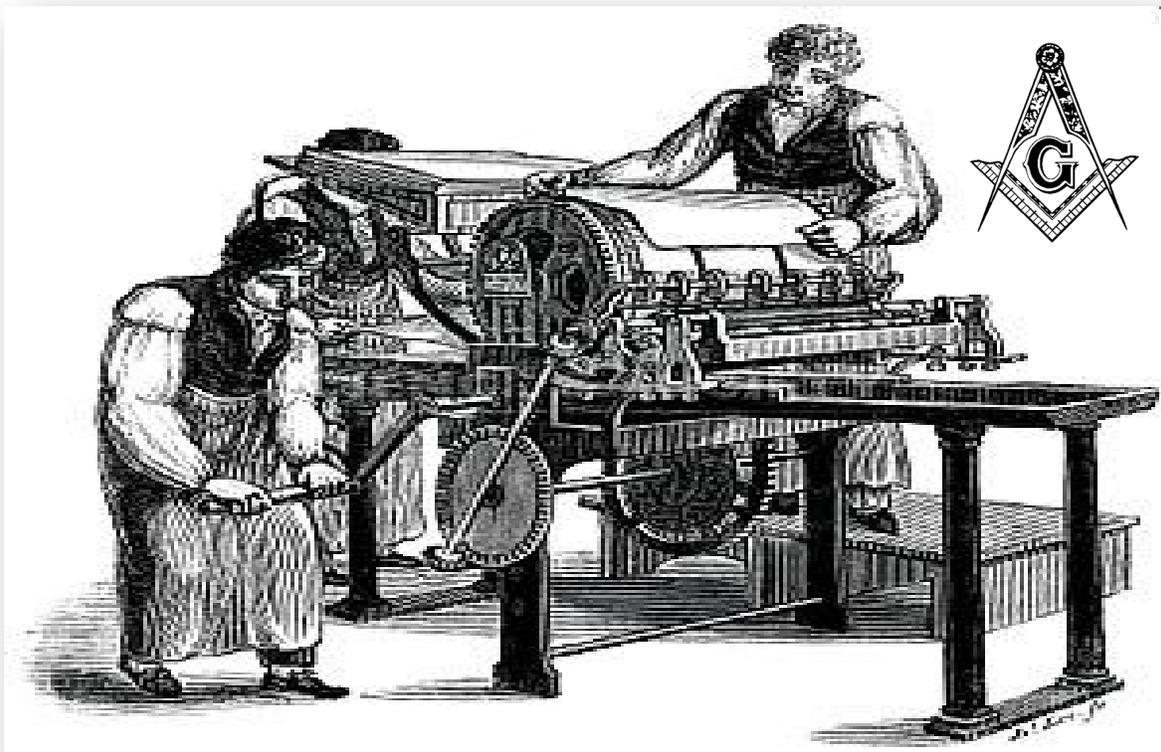
SUMÁRIO

I – A MAÇONARIA E A IMPRENSA NO BRASIL	04
II – HIPÓLITO JOSÉ DA COSTA	05
III – O CORREIO BRASILIENSE	08
IV – A MAÇONARIA E A IMPRENSA NA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL	11
V – O REVÉRBERO CONSTITUCIONAL FLUMINENSE	12
VI – A MAÇONARIA E A IMPRENSA FARROUPILHA	14
VII – A MAÇONARIA E A IMPRENSA ABOLICIONISTA	19
VIII – A MAÇONARIA E A IMPRENSA REPUBLICANA	23
IX – A MAÇONARIA E A IMPRENSA NA QUESTÃO RELIGIOSA	26
X – A MAÇONARIA E A IMPRENSA OFICIAL BRASILEIRA	28
XI – A IMPRENSA MAÇÔNICA PARA OS MAÇONS	29
XII – O ADVENTO DO TELÉGRAFO E A MAÇONARIA	32
XIII – BIBLIOGRAFIA	34



ENTRE COLUNAS

BIBLIOTECA DIGITAL
DE PESQUISAS MAÇÔNICAS



A MAÇONARIA E A IMPRENSA NO BRASIL

Uma mudança de grande impacto no Brasil colonial foi o surgimento da imprensa, em 1808, por ocasião da vinda da família real para o Rio de Janeiro.

Proibida até aquele ano, a sua liberação mudaria para sempre o ambiente intelectual e político, passando a disseminar e a debater as ideias, por vezes liberais, que chegavam da Europa e dos EUA¹.

A partir de então, a imprensa nacional atuou como um importante canal para a divulgação e legitimação dos diferentes projetos formulados para o Brasil independente.

Os impressos eram, enquanto instrumentos das práticas culturais, sociais e políticas, típicos representantes das modificações ocorridas no país em meados do Séc. XIX².

HIPÓLITO JOSÉ DA COSTA



Hipólito José da Costa Pereira Furtado de Mendonça – mais conhecido por Hipólito da Costa, nascido em Sacramento, na então Província do Rio Grande de São Pedro, hoje Rio Grande do Sul; havia se formado em Direito pela Universidade de Coimbra, ali tornando-se maçom.

¹ GOMES (2010, p.75).

² GONÇALVES (2012, p.66).

A MAÇONARIA E A IMPRENSA NO BRASIL

Em 1798, foi mandado aos Estados Unidos na qualidade de Encarregado dos Negócios de Portugal, participando ativamente da Maçonaria da Filadélfia. Voltou à Portugal, em 1801, sendo nomeado Deputado. Mas pouco depois foi à Londres, onde sua atividade como maçom teve tamanha repercussão, que ao regressar a Portugal foi preso pelo Tribunal do Santo Ofício (Inquisição) e mandado para as masmorras, onde passou três anos. Conseguindo fugir, com ajuda da Maçonaria local, voltou à Londres, onde fundou o célebre “Correio Brasiliense”. Foi através do seu jornal que Hipólito da Costa prestou inestimáveis serviços à Pátria na luta pela Independência e pela abolição da escravatura³.

Conforme Arci Tenório D’Albuquerque⁴:

“Pelos meados de 1805 penetrava em Londres, nublado pela rede imperceptível da Maçonaria, mais um egresso da Justiça portuguesa. Escapando às prisões da Inquisição, após mil e uma vicissitudes, Hipólito José da Costa Pereira Furtado de Mendonça, alcançava afinal as margens acolhedoras do Tâmisia”.

A capital inglesa era, então, o dínamo propulsor de todas as agitações maçônicas que se processavam na América do Sul, desde o começo do séc. XVIII, pelo menos. A proteção do Duque de Sussex, Grão-Mestre da Maçonaria Inglesa estendia-se sobre todos os intrigantes, agitadores e corifeus da Ordem. Graças a ela, por maiores esforços que envidasse, a embaixada portuguesa não conseguia a expulsão de Hipólito da Costa⁵.

Hipólito da Costa, através do “Correio Brasiliense”, foi o precursor da propaganda pela abolição da escravidão no Brasil, promovida pela imprensa⁶. Uma das mais relevantes figuras do movimento emancipador brasileiro; foi maçom devotado, de atuação magnífica em prol do Brasil⁷.

³ GOMES (1975, p.19).

⁴ D’ALBUQUERQUE (1971, p.306-307).

⁵ BARROSO (1939, p.263).

⁶ LEITE (2015, p.12).

⁷ D’ALBUQUERQUE (1971, p.305).

A MAÇONARIA E A IMPRENSA NO BRASIL

A atitude patriótica do eminente jornalista, que pusera os seus serviços à disposição da causa da independência de sua Pátria, granjeou-lhe a amizade do Príncipe D. Pedro, mais tarde Imperador e seu Irmão de Ordem.

Em 1822, foi encarregado por ele da gestão dos negócios brasileiros em Londres, em cujo cargo permaneceu até a sua morte.

Hipólito da Costa entregou sua alma pura e generosa em Keusington, próximo a Londres, aos 11 de setembro de 1823, aos 48 anos de idade, um ano após a realização do seu belo ideal, a sua aspiração suprema: a emancipação política do Brasil⁸.

Hipólito era um “*English Wig*” (liberais que no Parlamento Britânico defendiam os direitos individuais e a limitação de poderes dos reis). Acreditava numa constituição equilibrada e justa, num Congresso forte, em liberdade de imprensa e de religião, no respeito pelos direitos individuais⁹.

A compreensão nítida do ideal maçônico, fazendo-o desposar sempre a causa do fraco contra o prepotente, inspirou-lhe a sublime ideia de advogar, através da imprensa, pela causa da abolição da escravatura no Brasil, instituição que ele julgava incompatível com a civilização das sociedades modernas.

Abriu ele, assim, a senda que primeiro trilhou, e que valeu depois tantos triunfos a Bocaiúva, Rui Barbosa, Ferreira de Araújo, Ferreira de Meneses, José do Patrocínio e tantos outros maçons, que só em 1888 colheriam os louros da vitória¹⁰.

Ainda sobre Hipólito José da Costa, o historiador Francisco Adolfo Varnhagen¹¹ assim escreveu:

⁸ LEITE (2015, p.13).

⁹ BARMAN (1988, p.51).

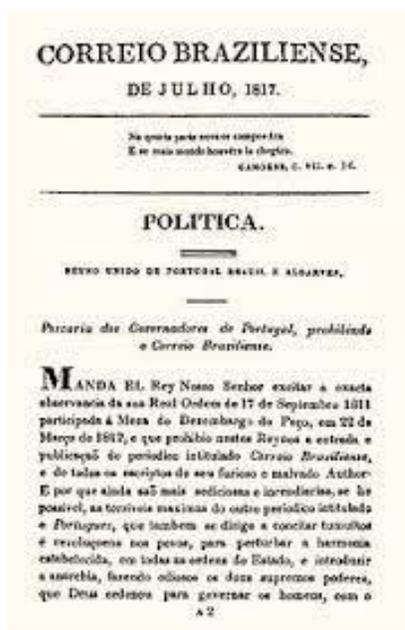
¹⁰ LEITE (2015, p.13).

¹¹ (VARNHAGEN, 1957).

A MAÇONARIA E A IMPRENSA NO BRASIL

“Não cremos que nenhum estadista concorresse mais para preparar a formação no Brasil de um Império Constitucional do que o ilustre redator do Correio Brasiliense”.

O CORREIO BRASILIENSE



O primeiro jornal impresso no Brasil foi a “Gazeta do Rio de Janeiro”, lançado em 10 de setembro de 1808 pela Impressão Régia e que somente transmitia notícias de interesse do governo. No entanto, diversos autores atribuem ao maçom Hipólito da Costa e ao seu “Correio Brasiliense” o marco de fundação da imprensa brasileira¹².

Nos seus primeiros treze anos de funcionamento, a imprensa no Brasil era submetida a três diferentes instâncias de censura. Todo e qualquer original deveria, inicialmente, ser enviado e submetido ao crivo do ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra. Se aprovado seguia para o Desembargo do Paço e, finalmente, para a Mesa Censória¹³.

¹² GONÇALVES (2012, p.65).

¹³ GOMES (2010, p.75).

A MAÇONARIA E A IMPRENSA NO BRASIL

Para fugir à censura, o “Correio Brasiliense”, por muitos considerado o primeiro jornal brasileiro, por não se tratar de uma impressão oficial do governo, foi lançado em Londres também em 1808. Seu fundador, o jornalista Hipólito José da Costa, nasceu no Rio Grande do Sul e deixou o Brasil quando tinha dezesseis anos. Formou-se em Coimbra e morou dois anos nos Estados Unidos. Voltou para Lisboa e foi preso em 1803 por integrar a Maçonaria. Processado pela Inquisição, fugiu para a Inglaterra em 1805, onde criou o “Correio” três anos mais tarde¹⁴.

Fundado em 1808, o “Correio Brasiliense” chamou, desde logo, pela liberdade de opiniões em que era escrito, a atenção da Corte e Regência de Portugal, que determinou primeiro fazê-las combater por escrito, e nesse intento, diz Inocêncio Francisco da Silva (Dicionário Bibliográfico, tomo 3º, pg. 198), publicaram-se em Portugal algumas refutações; depois tentou o governo fazer com Hipólito um ajuste (aprovado pelo Conde de Linhares) em 1810, ajuste proposto por Domingos de Souza Coutinho, irmão do Ministro, tomando o Governo 300 assinaturas do “Correio”, que revenderia, com a condição expressa de que não se ocuparia nem da Maçonaria, nem das Cortes, nem de ataques pessoais. Fracassaram-se, porém, essas negociações, pois em 17 de setembro de 1811 tomou o governo de Portugal, o alvitre mais expedito de proibir a introdução e leitura do jornal em Portugal, sob as mais severas penas; proibição essa que se repetiu em 02 de março de 1812 e 25 de junho de 1817. Apesar das severas penas, nunca se tornou eficaz a proibição, como se depreende da reiteração da medida por duas vezes¹⁵.

O “Correio Brasiliense” não foi apenas o primeiro órgão da imprensa brasileira, ainda que publicado no exterior, mas, principalmente o mais completo veículo de informação e análise da situação política e social de Portugal e do Brasil, à época com a preconização de uma verdadeira reforma de base para nosso país.

¹⁴ GOMES (2014, p.119).

¹⁵ LEITE (2015, p.13).

A MAÇONARIA E A IMPRENSA NO BRASIL

Bateu-se, então, pela necessidade de construção de uma rede de estradas; também a utilização de matérias-primas no fabrico de manufaturas, propiciando a formação e expansão do mercado interno; pela abolição da escravatura e pela transferência da capital para o interior, além da adoção de uma política imigratória que aproveitasse, de preferência, artesãos e técnicos¹⁶.

Oposicionista e crítico, o periódico era feito na Inglaterra, mas discutia os problemas da Colônia e atravessava o Oceano Atlântico para circular por aqui. Assim, no mesmo ano em que a Corte portuguesa transferiu-se para o Rio de Janeiro fugindo de Napoleão, o jornal idealizado e realizado por Hipólito da Costa, disponível a nobres e plebeus do Novo Mundo, estava longe de ser um beija-mão dos poderosos¹⁷.

Em virtude de suas características críticas, o “Correio Brasiliense” sofreu diversas perseguições das autoridades portuguesas, visto que desde o decreto de 13 de maio de 1808, o qual instituiu a Imprensa Régia, vigorava no país a “censura prévia”¹⁸.

Sobre o “Correio Brasiliense” e seu fundador, o pesquisador Hélio Pereira Leite¹⁹ reforça o que já mencionado, bem como traz à luz novas informações:

“Na enumeração dos mais notáveis jornais brasileiros, sobretudo daqueles que exerceram influência no espírito público do país, seria imperdoável esquecer o Correio Brasiliense, não obstante não ser aqui impresso. O Correio Brasiliense ou Armazém Literário saía à luz em Londres, em fascículos mensais de número incerto de páginas, a moda dos magazines ingleses. Durou 15 anos, de 1808 à 1822, deixando de si 28 raros e preciosos volumes. Fundou-o e redigiu-o em toda a sua existência, Hipólito José da Costa Pereira Furtado de Mendonça, brasileiro

¹⁶ CORDEIRO (2008, p.36).

¹⁷ DE LUCCA (2008, p.7).

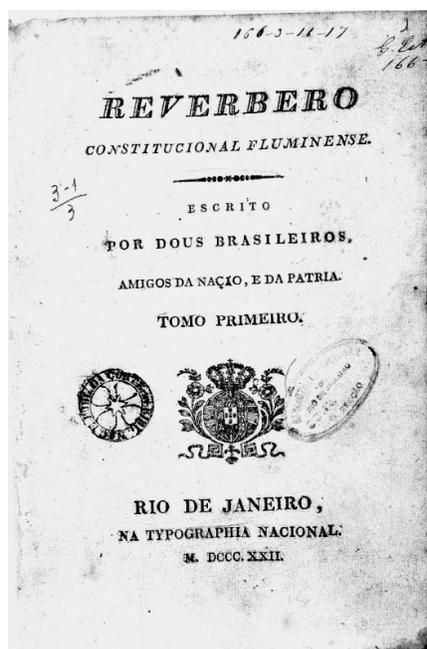
¹⁸ GONÇALVES (2012, p.65).

¹⁹ LEITE (2015, p.12 – texto de José Veríssimo, extraído do “Livro do Centenário” – 1º volume).

A MAÇONARIA E A IMPRENSA NO BRASIL

da Colônia do Sacramento, formado em Direito e Filosofia em Coimbra. Processado pela Inquisição de Lisboa, conseguiu evadir-se estabelecendo-se na metrópole inglesa, onde fundou o seu jornal, que sem embargo do seu subtítulo era mais político do que literário. O liberalismo do 'Correio' e o adiantado das suas opiniões fizeram com que o governo português lhe proibisse a entrada e leitura em Portugal. Era recomendá-lo ao Brasil, cuja independência advogava com ardo. E aqui foi lido, estimado, admirado e muito influente”.

A MAÇONARIA E A IMPRENSA NA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL



A censura finalmente caiu com o decreto de 02 de março de 1821. A partir dali, todo cidadão poderia manifestar as suas opiniões sem censura prévia. Livres da censura, os jornais logo se transformariam no palco em que se travariam os principais debates que culminariam na Independência do Brasil e perdurariam durante todo período imperial até a Proclamação da República em 1889²⁰.

²⁰ GOMES (2010, p.75-76).

Para a mudança social e política pretendida, o maior papel coube desde o início à imprensa revolucionária, representada por um sem número de jornais – muitos dos quais mantidos, administrados e escritos por maçons – que apareceram como um relâmpago por todos os rincões da Pátria²¹.

A imprensa desempenhou papel importante em favor da Independência do Brasil. Com a volta da família real a Portugal, a censura foi extinta, surgindo então, a partir de agosto de 1821, vários jornais tais como “Revérbero Constitucional Fluminense”, “O Espelho”, “A Malagueta”, “O Macaco Brasileiro”, “O Regulador Brasílico-Luso” e “Diário Constitucional”. A maioria escrita e/ou administrada por maçons²².

Frei Sampaio foi, igualmente, um dos mais apaixonados propagandistas maçons da Independência Brasileira, trabalho que desenvolveu, com entusiasmo pelas colunas do jornal “O Regulador”²³.

No ano da Independência havia 53 jornais em circulação em todo território brasileiro. Curiosamente, até mesmo o Príncipe D. Pedro I participava dos debates impressos, escrevendo artigos, embora que ao assinar, se ocultasse por trás de pseudônimos²⁴.

O REVÉRBERO CONSTITUCIONAL FLUMINENSE

Em 1821, circula no Rio de Janeiro o primeiro número do jornal “Revérbero Constitucional Fluminense” fundado e dirigido por Gonçalves Ledo e seu amigo, o cônego Januário da Cunha Barbosa, órgão de imprensa que muito contribuiu na preparação dos espíritos para a Independência²⁵.

²¹ FAGUNDES (1975, p.187).

²² CORDEIRO (2008, p.40-41).

²³ LEITE (2015, p.7).

²⁴ GOMES (2010, p. 76).

²⁵ GOMES (1975, p.82).

A MAÇONARIA E A IMPRENSA NO BRASIL

O “Revérbero Constitucional Fluminense”, fundado em 15 de setembro de 1821, pelos maçons Joaquim Gonçalves Ledo e Cônego Januário da Cunha Barbosa, defendia ideias democratas e a autonomia do Brasil, pregava a liberdade pela representação, principalmente com a convocação de uma Assembleia Constituinte. Foi o primeiro jornal independente do governo no Rio de Janeiro.

A Independência era sua bandeira, porém sem grandes laços com Portugal. Mesmo assim, publicava artigos de Lisboa, Paris e Londres. Sua marca registrada eram os artigos doutrinários, que criaram força juntamente com a evolução da independência.

Inicialmente circulava semanalmente e, após janeiro de 1822, passou a circular quinzenalmente²⁶.

A 30 de abril de 1822, o “Revérbero Constitucional Fluminense”, rompendo com todas as convenções até então guardadas, publica um artigo assinado por Gonçalves Ledo, sugerindo ao Príncipe Regente a necessidade de proclamar desde logo a independência do Brasil, sendo Gonçalves Ledo e o cônego Januário da Cunha Barbosa, vivamente aplaudidos nas ruas da cidade²⁷.

Nicola Aslan²⁸ fornece outros detalhes:

“A 15 de setembro de 1821 foi lançado por Ledo e Januário, estes dois maçons patriotas, o primeiro número do Revérbero Constitucional Fluminense, periódico quinzenal cuja atuação foi da maior importância tanto para a causa da Independência como para a formação de uma consciência brasileira. Assim é que, a 30 de abril de 1822, nele foi publicado um artigo de Gonçalves Ledo sugerindo ao Príncipe D. Pedro a necessidade de proclamar, logo, a Independência do Brasil”.

²⁶ CORDEIRO (2008, p.41).

²⁷ GOMES (1975, p.64).

²⁸ ASLAN (1997, p.98-99).

Após a Proclamação da Independência, para substituir o “Revérbero Constitucional Fluminense” nas lutas liberais, a Maçonaria pode contar ainda com o “Aurora Fluminense” de Evaristo da Veiga, que funcionou entre 1827 a 1835, em cujo período o grande publicista transformou-se na coluna mestra da “Regência”, comandando a política nacional, como antes o fizera Gonçalves Ledo, inclusive fazendo ministros e regentes, sem nada querer para si em troca, também como Ledo²⁹.

Chama atenção à similaridade conceitual entre os dois jornais, a começar pelos seus nomes, pois “Revérbero” significa “resplendor” e “Aurora” significa “clareza”, ambos provocados pela luz do conhecimento e da sabedoria, sabedoria esta que provém do Oriente através da Maçonaria.

Em 1830, já existiam cerca de vinte jornais em circulação no Rio de Janeiro e mais de cinquenta em todo o Império, a maioria dos quais encontrava-se de alguma forma ligada ou era gerida por membros da Maçonaria.

A MAÇONARIA E A IMPRENSA FARROUPILHA

Em 1827 apareceu na capital da Província do Rio Grande do Sul o “Diário de Porto Alegre”, sob a direção do Major Lourenço Júnior de Castro, que também usava o pseudônimo de Manuel Lester.

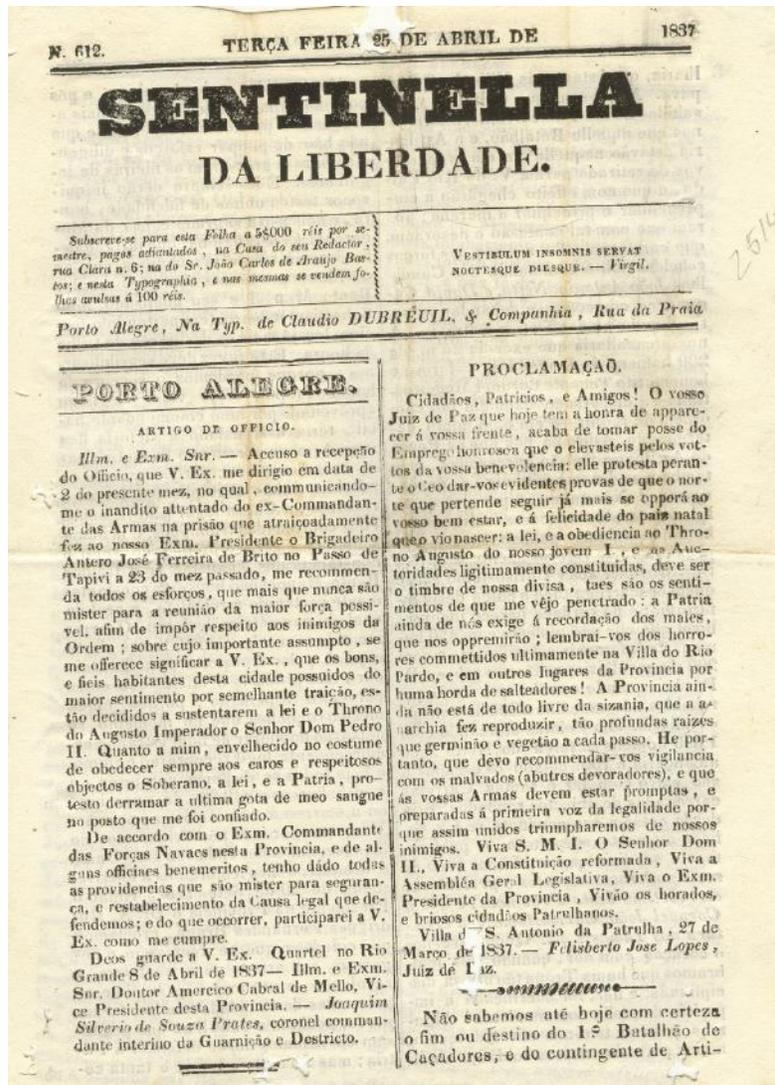
Esse jornal inaugurou a tipografia gaúcha, ex-tipografia imperial do Exército, perdida na Batalha do Passo do Rosário.

Lourenço Júnior, em 1829 era redator também do “Amigo do Homem e da Pátria” e no ano seguinte passou a redator do “Sentinela da Liberdade” na guarita no Norte da Barra do Rio Grande de São Pedro.

²⁹ FAGUNDES (1975, p.187).

A MAÇONARIA E A IMPRENSA NO BRASIL

Esse militar e intelectual, feito jornalista pela Maçonaria, é um exemplo do cuidado com que a Ordem escolhia os seus adeptos para o fim determinado de convulsionar as massas. E justamente por isso, quando Lourenço fazia publicar o “Amigo do Homem e da Pátria” foi preso por crime de imprensa e enviado para o Rio de Janeiro. Lá o incansável maçom, com a ajuda de alguns “irmãos” daquela província fez circular na corte fluminense o periódico “Sentinela da Liberdade”. Quando libertado, voltou para Porto Alegre, para continuar o seu trabalho nesse jornal até 1837³⁰.



³⁰ FAGUNDES (1975, p.188).

A MAÇONARIA E A IMPRENSA NO BRASIL

Vicente Ferreira Gomes redigiu o “Constitucional Rio-Grandense” entre os anos de 1828 a 1831, onde defendia, com ardor maçônico, o liberalismo. Este jornal mereceu do “Aurora Fluminense” de Evaristo da Veiga, a seguinte apreciação:

“Temos no Brasil um novo periódico, notícia que deve sempre alegrar os amantes da Constituição, da publicidade e da imprensa livre”.

Em 1831 foi fundada em Porto Alegre, numa rua central, uma sociedade secreta, que era um ponto de partida e um núcleo fomentador de ideias revolucionárias. Assim teve início, disfarçada de “Gabinete de Leitura”, a Loja Maçônica “Philantropia e Liberdade”; que a seguir foi denominada “Sociedade Literária Continente”, criando, em anexo, uma escola de alfabetização de adultos e fundando um jornal: “O Continente”, que sob a direção do Major João Manoel de Lima e Silva, circulou a partir de 1831³¹.

Em 1831 a “Sociedade Literária Continente”, através do maçom João Manoel de Lima e Silva (tio do Duque de Caxias), passou a editar o jornal “O Continente”, que circularia de 1831 a 1833. “O Continente” deixou de circular, mas antes disso foi o arauto do movimento conhecido como “Revolução Farroupilha”.

A ele seguiram-se outros periódicos criados pelos maçons gaúchos, como “Compilador” em Porto Alegre, “Recompilador Liberal”, “Eco Portoalegrense”, “O Republicano” e, às vésperas da Revolução Farroupilha, “O Continentista”³².

José Apolinário Pereira de Moraes que redigiu, antes de Evaristo da Veiga, o “Aurora Fluminense”, ao vir para o Rio Grande do Sul, manteve-se à testa do “Vigilante”, de 1830 a 1832, defendendo o ideal republicano. O jornal tinha como divisa uma frase de Fenelon:

“Sacrifica teu repouso e liberdade pelo repouso e a felicidade pública”.

³¹ SILVEIRA (1985, p. 147).

³² CELENTE (2004, p. 52).

Nas plagas sulinas, o sistema federativo principiou a ser pregado publicamente em 1832, pelas colunas do “Recopilador Liberal”, dos maçons Calvet, Zambecari e Manuel Ruedas, que pregavam a federação republicana, o que viram concretizar-se na “Revolução dos Farrapos”, a partir de 1835, ou para ser mais exato, 1836, com a proclamação da República Rio-Grandense pelo General Neto³³.

De 1831 a 1835 ainda haveriam de aparecer, entre tantos outros, os seguintes jornais de cunho maçônico-liberal-republicano:

“**Compilador em Porto Alegre**”, de Pedro José de Almeida, Padre Francisco das Chagas e Antônio Alves Pereira Coruja;

“**Recopilador Liberal**”, dos irmãos Calvet, Tito Lívio Zambecari (maçom italiano) e Manuel Ruedas (maçom uruguaio);

“**O Continentino**”, cujo lema atribuído a Confúcio: “*Quando se tratar da salvação da Pátria, não consultai, exponde a vida*” deixava clara sua orientação maçônica;

“**Idade de Pau**”, de Pedro José de Almeida, cuja legenda era um cassetete de madeira para atacar os “caramurus” (portugueses);

“**Eco Porto-Alegrense**”, do tenente-coronel Silvano José Monteiro de Araújo;

“**O Republicano**”, dos irmãos Calvet, Tito Lívio Zambecari e Manuel Ruedas, trazendo no cabeçalho um verso do célebre maçom Voltaire;

“**Inexorável**”, folha defensora dos farroupilhas;

“**O Continentista**”, que surge em 18 de junho de 1835, através dos maçons Francisco de Sá Brito e José de Paiva Magalhães Calvet, e cujo aparecimento não foi bem recebido pelos conservadores.

³³ FAGUNDES (1989, p. 172).

A MAÇONARIA E A IMPRENSA NO BRASIL

A proliferação dos periódicos, de vida efêmera, não obscurece a continuidade da obra demolidora da oposição liberal e revolucionária, tendo à frente, quase sempre, os mesmos nomes, a grande maioria composta por membros da Maçonaria e que terminariam por efetuar o levante de 1835.

Um exemplo da importância da imprensa maçônico-farroupilha para a conscientização das massas à formação do ideal revolucionário, com base nas teorias iluministas da “Revolução Francesa” e da “Independência Norte-Americana”, pode-se comprovar através das palavras do conde italiano Tito Lívio Zambecari, publicadas no periódico “O Republicano”, às vésperas da eclosão do movimento:

“Todos os homens nascem iguais e da mesma forma; e obtiveram de seu Criador, certos direitos inauferíveis, entre os quais: o direito à vida, à liberdade, à segurança individual, à felicidade e à resistência à tirania, são os principais. Para sustentar e defender estes direitos, os homens criaram governos, a quem conferiram poder e autoridade, somente enquanto os governantes cuidassem do bem-estar do povo, o qual tem o direito de lhes tirar o poder e a autoridade logo que eles se tornem opressores”.

Embora muitos autores e historiadores insistam em negar, precisamos reconhecer que as soluções propostas pelos jornais maçônicos e revolucionários sempre foram muito mais nacionalistas e federalistas do que exclusivamente separatistas, conforme podemos conferir nas transcrições a seguir.

Em 1832 já pregava o “Recopilador Liberal”:

“Se as leis existentes não são consentâneas, como podemos dizer, não temos leis, estamos anárquicos. Faça-se, pois, a lei do Estado; faça-se a Federação Republicana, eis o remédio dos males da Pátria”!

Em 1834 o mesmo “Recopilador Liberal”, em sua edição de fevereiro desse ano, assim se referia à Revolução prestes a ser desencadeada:

A MAÇONARIA E A IMPRENSA NO BRASIL

“Os Rio-Grandenses só querem que o governo marche no sentido da heroica, mas malfadada revolução de 07 de abril de 1831: querem as reformas federativas, pelos meios legais, e nada mais”.

E depois de fazer referências à campanha sustentada por Evaristo da Veiga, no Rio de Janeiro através do periódico “Aurora Fluminense”, contra os restauradores, se manifestou o jornal gaúcho:

“Será crime nos Rio-Grandenses o que nos fluminenses é virtude? Santa Federação, só tu poderás libertar-nos dos males que sofremos”.

Por sua vez, ainda no corrente ano de 1834, “O Republicano”, também de Porto Alegre, assim doutrinava:

“O regime federal principal abrange duas coisas:

1º. A independência de cada Estado, em relação aos outros, para o arranjo e manejo interior dos negócios domésticos;

2º. A liga e união de todos, para a segurança de um governo central”.

A MAÇONARIA E A IMPRENSA ABOLICIONISTA



A MAÇONARIA E A IMPRENSA NO BRASIL

A solidariedade ao sofrimento dos escravos – pensar em um homem sendo privado de seu bem mais precioso: a liberdade – foi o caminho da Maçonaria, que tomou para si a bandeira da abolição. A humanização do escravo foi uma das formas encontradas para aproximar a discussão do povo.

Como esse assunto só interessava a quem possuía cativos, a forma encontrada para difundir a ideia foram os jornais abolicionistas, que denunciavam os maus-tratos e causavam comoção na população.

Sendo a evolução do homem uma das bandeiras maçônicas, as ligações entre a imprensa abolicionista e os maçons ampliaram propositalmente o foco de discussão, saindo dos muros das Lojas e indo para o dia a dia da nação através de diversas publicações³⁴.

Os veículos de comunicação maçônicos eram extremamente eficazes. No Rio de Janeiro, destacavam-se os periódicos: “O Pelicano”, “A Família”, “Família Maçônica”, “O Mundo Maçônico” e “Aurora Escocesa”.

Esses periódicos divulgavam entre os maçons o que estava sendo feito pelo processo abolicionista e informavam como estavam as comunicações entre as Lojas de outros estados e até de outros países.

Podemos encontrar frequentemente cartas de felicitações pelas vitórias a favor da liberdade de Lojas da Colômbia, França, Inglaterra, etc.³⁵.

Hipólito da Costa, no “Correio Brasiliense”, foi o precursor da propaganda da abolição da escravidão no Brasil, feita pela imprensa³⁶.

Se citarmos os jornais abolicionistas mais importantes do Séc. XIX, como: “O Correio Brasiliense”, “A Gazeta da Tarde”, “A Gazeta de Notícias”, “O Cabrião”, “O Ipiranga”, “O Radical Paulistano”, “A Redenção”, “O Arado”, “A Liberdade”, “A

³⁴ SILVA (2016, p.324).

³⁵ SILVA (2016, p.331).

³⁶ LEITE (2015, p.12).

Cidade do Rio”, “Libertador”, “O Abolicionista”, “Os Ferrões”, “Tribuna Liberal”, “Revista Ilustrada”, “Diário Popular” e “O País”, o que encontraremos em comum entre eles além da forte ideologia liberal? Maçons.

Todos eles tinham ilustres maçons nas suas redações, pelejando pela abolição; ou eram diretamente mantidos pela Maçonaria³⁷.

Em 1866, Castro Alves, que viria a se tornar o “*Poeta dos Escravos*”, fundou, juntamente com Rui Barbosa e outros colegas do curso de Direito de São Paulo, o jornal “A Luz”, juntamente com uma sociedade abolicionista³⁸.

Em Sorocaba surgiu “O Sorocabano” em 1870, do qual era redator chefe o maçom Júlio Ribeiro e Pereira Salles; seu principal colaborador era o maçom abolicionista e republicano Ubaldino do Amaral. O periódico transformou-se em “O Sorocaba” em 1872; e deixou de existir em 1883³⁹.

A “Gazeta de Notícias”, fundada em 1876, foi o jornal pioneiro na campanha abolicionista do Rio de Janeiro, pois seu proprietário, Ferreira de Araújo, convidara um amigo seu de nome José Carlos do Patrocínio, maçom, para trabalhar, em 1879, no jornal. José do Patrocínio, influenciado por Pierre Joseph Proudhon, maçom francês da Loja “Sincerité”, terminava os seus editoriais afirmando que “*A escravidão é um roubo e todo dono de escravo é um ladrão*”, angariando a simpatia de um maior número de adeptos para a causa abolicionista⁴⁰.

Em 1880 apareceu “O Abolicionista”, pela Sociedade Brasileira Contra a Escravidão, o qual criticava a escravidão em virtude da “péssima imagem” que o Brasil tinha no exterior. Como já citado, a essa Sociedade pertenciam José do Patrocínio e Joaquim Nabuco, entre outros, com forte presença maçônica⁴¹.

³⁷ PONTES (2010, p.55).

³⁸ PONTES (2010, p.59).

³⁹ PONTES (2010, p.59).

⁴⁰ PONTES (2010, p.57).

⁴¹ PONTES (2010, p.57).

A MAÇONARIA E A IMPRENSA NO BRASIL

Esses periódicos, citados até aqui, eram os que procuravam travar a luta abolicionista dentro de uma legalidade, procurando respeitar a propriedade privada no objeto da escravidão. Houve outros jornais de menor projeção que também tiveram participação de maçons, e outros que até atuavam de maneira mais radical. O que vale notar é que a atuação jornalística, assim como a filantrópica, não se prendeu exclusivamente ao eixo Rio-São Paulo⁴².

Destaca-se ainda nesse contexto, a Loja Maçônica “União e Progresso” de Vitória, local de encontro dos membros da elite do Espírito Santo. Essa Loja representou um profícuo espaço de debate político durante os últimos anos da escravidão naquele estado.

Entre os seus frequentadores encontravam-se José Feliciano Moniz Freire e seu filho José de Mello Carvalho Moniz Freire, ambos redatores dos principais jornais antiescravistas da capital, o “Jornal da Victória” e o “A Província do Espírito Santo”, respectivamente. Esse último em sociedade com Cleto Nunes, outro importante integrante da Maçonaria e contando com a participação de Francisco de Lima Escobar, Francisco Urbano Vasconcelos, Manoel Pinto Aleixo Netto, Alpheo Monjardim, Tito Machado, Basílio Carvalho Daemon, entre outros representantes engajados na campanha contra a escravidão. Afonso Cláudio, figura de destaque do movimento abolicionista de Vitória, embora não fosse maçom como os demais, lecionava no Liceu da Loja Maçônica “União e Progresso” como professor de História⁴³.

Com Raul Pompéia, o maçom Antônio Bento de Souza e Castro, funda em São Paulo, o “Jornal do Comércio”, em 1882. Antônio Bento fundou também a folha abolicionista “A Redenção”, em 1887, que pregava a libertação imediata e que estava intimamente ligado ao movimento dos Caifazes, que denunciavam pela imprensa os horrores da escravidão.

⁴² PONTES (2010, p.59).

⁴³ (PÍCOLI, 2009).

Antes já tinha criado “O Arado” em 1882 e mais tarde criaria “A Liberdade”, em 1888⁴⁴.

Outros periódicos da época, incentivavam diretamente a compra de cartas de alforria, inclusive através das Lojas Maçônicas, a exemplo do “A Federação”, jornal gaúcho de cunho maçônico, que circulou em Porto Alegre, publicou, a 17 de maio de 1884, a seguinte nota⁴⁵:

“DECLARAÇÃO – A Comissão encarregada pela Loja Maçônica Luz e Ordem, que funciona nesta capital, para promover a libertação dos escravos a 24 de junho próximo vindouro, convida a todos os interessados a apresentar as suas petições, reclamações ou explicações ao nosso tesoureiro Bento Batista Orsi, à Rua Voluntários da Pátria nº 237, até o dia 12 de junho, dia esse em que a Comissão designará os escravos que serão libertos na conformidade com o dinheiro em Caixa, ficando o escravo na obrigação de ir buscar a sua carta de libertação no dia 24 de junho, às 08 horas da noite, na Casa Maçônica, à Rua Senhor dos Passos.

Porto Alegre, 16 de maio de 1884.

O presidente – João Carlos Queima.

O tesoureiro – Bento Batista Orsi”.

A MAÇONARIA E A IMPRENSA REPUBLICANA

Um dos primeiros jornais republicanos de que se tem notícia no Brasil foi o “Sentinela do Serro”, publicado em Minas Gerais entre 1830 e 1832, sob a direção do maçom Teófilo Ottoni, que também era advogado e político liberal.

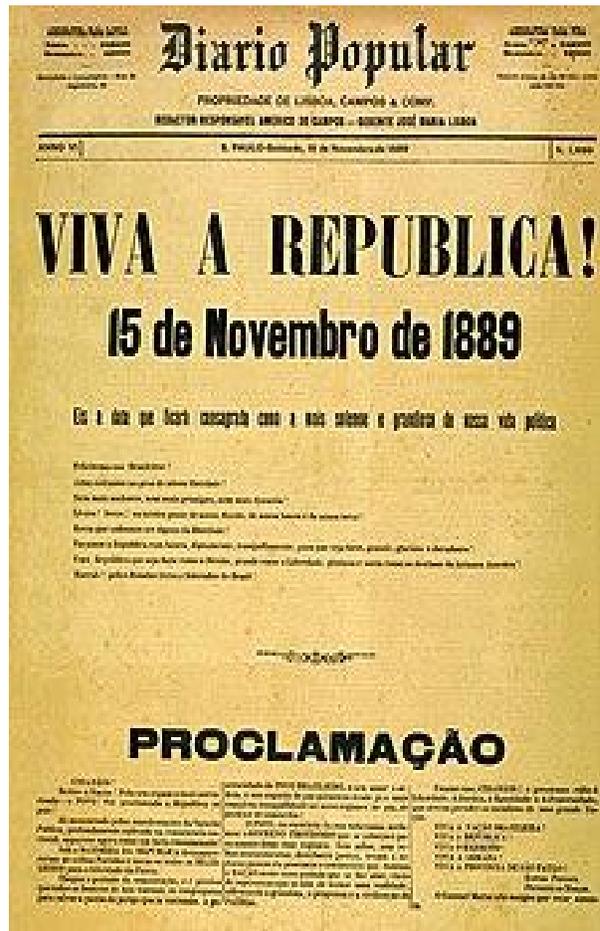
⁴⁴ PONTES (2010, p.60).

⁴⁵ GOMES (1975, p.121).

A MAÇONARIA E A IMPRENSA NO BRASIL

O jornal propunha que *“Somos todos de opinião que se deve lentamente re-publicanizar a Constituição do Brasil”*; isso mais de meio século antes da Proclamação da República⁴⁶.

A 03 de dezembro de 1870 ocorria um fato marcante para a história da campanha republicana: era lançado o “Manifesto Republicano”, de inspiração maçônica, liderado por Joaquim Saldanha Marinho. Ele foi redigido e aprovado durante reunião na casa de Saldanha Marinho, que foi o seu primeiro signatário, sem ninguém lhe contestar a primazia, pois ele era o grande líder dos republicanos. O manifesto foi publicado nas páginas do jornal “A República”, do Rio de Janeiro⁴⁷.



⁴⁶ LIRA (1964, p.91).

⁴⁷ CASTELLANI (2001, p.12).

A MAÇONARIA E A IMPRENSA NO BRASIL

Em 1º de janeiro de 1871, o jornal “O Jequitinhonha”, da cidade de Diamantina, publicado e dirigido pelo maçom Joaquim Felício dos Santos, declarou publicamente a sua adesão à causa republicana.

E em 1872 já tinham sido fundados 21 jornais republicanos em todo o país, muitos dos quais sob inspiração e/ou direção maçônica. Da lista faziam parte o “Argos” no Amazonas; “O Futuro” no Pará; “O Amigo do Povo” no Piauí; “A República Federativa”, “Seis de Março”, “O Americano” e “O Manifesto” em Pernambuco; “O Horizonte” na Bahia; “O Correio Paulistano”, “A Gazeta de Campinas”, “O Sorocabano” e “O Comércio de Santos” em São Paulo; “O Antonino” no Paraná; “A Democracia” no Rio Grande do Sul⁴⁸.

Em 1875 foi lançado, em São Paulo, o jornal “A Província de São Paulo”, cujos 17 proprietários eram todos maçons e republicanos, incluindo os dois diretores e sócios principais: Francisco Rangel Pestana e Américo Brasiliense de Campos.

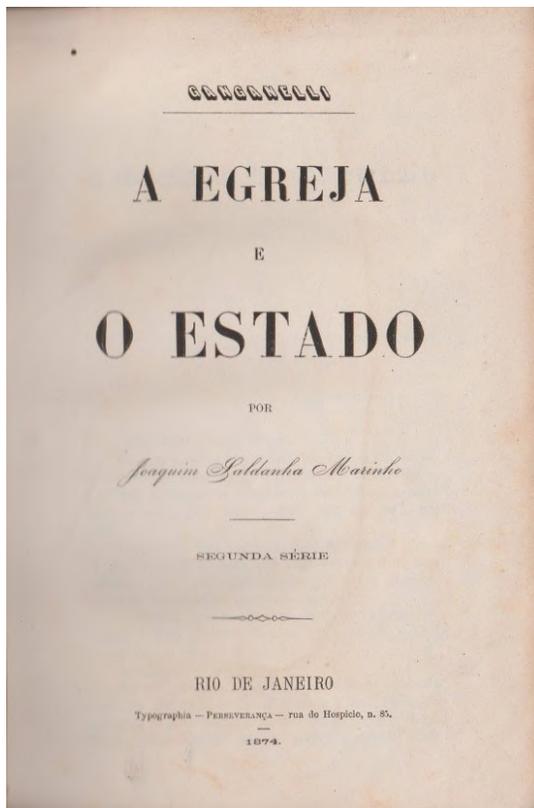
Seu plano de ação defendia a descentralização completa do Estado brasileiro, liberdade de ensino, garantia de aprendizagem obrigatória, separação entre Igreja e Estado, implantação do casamento e registro civil de nascimentos e óbitos, secularização dos cemitérios, Senado temporário e eletivo, eleição direta sobre bases democráticas e presidentes de províncias eleitos por estas. Esse jornal, mais tarde seria rebatizado com o nome de “O Estado de São Paulo”, marcando para sempre a história da imprensa brasileira⁴⁹.

O mais importante jornal republicano do Rio Grande do Sul foi “A Federação”, inaugurado em janeiro de 1884, sob a direção do maçom Venâncio Aires; e depois, do também maçom Júlio de Castilhos.

⁴⁸ GOMES (2015, p. 153).

⁴⁹ COSTA (2001, p.191).

A MAÇONARIA E A IMPRENSA NA QUESTÃO RELIGIOSA



Em 1863, com a participação de sete Lojas saídas do “Grande Oriente do Brasil”, Saldanha Marinho fundou uma nova corporação maçônica que posteriormente tomou a denominação de “Grande Oriente dos Beneditinos”, do qual foi Grão-Mestre. Nesta eram pregadas as ideias democráticas, a libertação dos escravos e tantas outras reivindicações liberais.

O discurso proferido pelo padre Almeida Martins no “Grande Oriente do Brasil” (também conhecido como “Grande Oriente do Lavradio”), saudando o seu Grão-Mestre José Maria da Silva Paranhos, Visconde do Rio Branco, pela apresentação e promulgação da “Lei do Ventre-Livre”, comentado e transcrito na íntegra pela imprensa, foi a origem da “Questão Religiosa”.

Comentando o acontecimento protagonizado pelos bispos de Olinda e de Belém do Pará, Saldanha Marinho proferiu enérgico discurso no seu “Grande Oriente” sob a forma de “Manifesto”.

Nos anos de 1873 e 1874, Saldanha Marinho, assinando o seu nome simbólico maçônico – Ganganelli – publicou no “Jornal do Comércio”, do Rio de Janeiro, uma série de artigos que ficou famosa sob o título “A IGREJA E O ESTADO”, considerada como uma obra notável de ensinamentos políticos e jurídicos extraídos da situação provocada pela união da Igreja ao Estado.

A campanha anticlerical que se seguiu foi obra exclusiva de Saldanha Marinho e do seu “Grande Oriente dos Beneditinos”.

O “Grande Oriente do Brasil” (“do Lavradio”), acompanhando o pensamento do seu Grão-Mestre, preferiu permanecer em prudente reserva⁵⁰.

Mesmo assim, o desdobramento da “Questão Religiosa” ocupou páginas e mais páginas do recém-criado “Boletim Oficial do Grande Oriente do Brasil”⁵¹, em artigos que iam desde uma análise fria e imparcial dos fatos, até os apaixonados ataques ao ultramontanismo⁵², em geral, e à intolerância dos bispos, em particular.

O Irmão Joaquim Pedro, maçom do 33º grau, por exemplo, nos Boletins de nº 01 a 06, janeiro a junho de 1874, 3º ano da publicação, em artigo sob o título “D. Vital de Oliveira e D. Antônio de Macedo”, comentava a prisão de ambos, aplaudindo a atitude do Governo e tecendo sérias críticas aos bispos e ao Papa

⁵⁰ GOMES (1975, p.113-114).

⁵¹ O Boletim oficial do Grande Oriente do Brasil foi criado por decreto de 22 de setembro de 1871. Ele continha, além das resoluções administrativas, matéria cultural histórica e doutrinária, notícias do Supremo Conselho, das Obediências estrangeiras e das Províncias (Nota do Autor).

⁵² Embora ultramontano signifique, também, o que está situado para lá dos montes – o mesmo que transmontano - o ultramontanismo é o sistema dos que desejam tornar o mais extenso possível o poder temporal e espiritual do Papa, de modo que, em sentido figurado, é o mesmo que reacionário. O ultramontanismo também pode ser compreendido como uma linha de pensamento conservadora e radical presente na estrutura da Igreja Católica, cujas ideias basicamente consistiam que a autoridade do Papa não poderia ser questionada por nenhum católico e instituições liberais precisavam ser combatidas – a Maçonaria entrava neste último quesito (Nota do Autor).

Pio IX, segundo ele, o verdadeiro agente da intolerância clerical em relação à Maçonaria⁵³.

A MAÇONARIA E A IMPRENSA OFICIAL BRASILEIRA



A Maçonaria, da mesma forma, teve importante e relevante participação na criação e posterior consolidação da imprensa oficial brasileira – entenda-se por “Oficial”, a imprensa mantida e regulada pelos órgãos governamentais.

O maçom Joaquim Nabuco, por exemplo, participou do jornal “O Paiz”, fundado pelo português João José dos Reis Júnior, que circulou entre 1884 e 1890. Foi o principal periódico republicano no Brasil. Chegou a vender, em 1890, 32 mil exemplares.

⁵³ CASTELLANI (2001, p.27).

A MAÇONARIA E A IMPRENSA NO BRASIL

Apesar de atuar como um órgão oficial do governo, considerava-se independente. Escreveram em suas páginas, entre outros, Fernando Lobo, Joaquim Serra, Alcindo Guanabara, Urbano Duarte, Rui Barbosa e Joaquim Nabuco. Quintino Bocaiúva foi seu redator-chefe de 1885 até o início do século XX. Todos os citados eram maçons e abolicionistas⁵⁴.

O “Diário de Notícias” foi criado em 08 de novembro de 1884, por José Maria Lisboa e Américo de Campos, ambos maçons; e a maioria dos participantes desse jornal eram ligados à Maçonaria, como Rangel Pestana e Aristides Lobo, que proporcionou ao jornal o “furo” nacional da “Lei Áurea”, já na edição vespertina de 14 de maio de 1888, um gigantesco feito para a época. Era o mais popular periódico de São Paulo. Manteve-se na quarta posição entre os jornais paulistanos até a década de 1980. Mais tarde foi adquirido pela empresa que edita “O Globo” e rebatizado com o nome “Diário de São Paulo”⁵⁵.

A IMPRENSA MAÇÔNICA PARA OS MAÇONS

⁵⁴ PONTES (2010, p.58).

⁵⁵ PONTES (2010, p.59).

A MAÇONARIA E A IMPRENSA NO BRASIL

Em relação aos jornais maçônicos, apesar da existência de alguns folhetos panfletários desde a primeira metade do séc. XIX, foi somente na década de 1870 que surgiram os primeiros órgãos de imprensa de propriedade dos “Grandes Orientes”, voltados a um público mais amplo, embora específico, cujos principais interlocutores eram os maçons e os seus simpatizantes⁵⁶.

Além da produção de seus próprios boletins, as correntes maçônicas da Corte Imperial brasileira marcaram presença em diversos espaços jornalísticos ao redor do Império. Começando por Hipólito José da Costa e Gonçalves Ledo, no início do século XIX, vários foram os maçons que fizeram da imprensa uma verdadeira tribuna em defesa das ideias maçônicas.

Pode-se destacar: Henrique Valladares, Alexandrino do Amaral, C. Brancante, Luiz Correa de Azevedo, Luiz Antônio Pinto Mendes, Mário Behring (todos posteriores redatores do “Boletim do Grande Oriente do Brasil”); além de Quintino Bocaiúva, Venâncio de Oliveira Aires, João Franklin da Silveira Távora, Ubaldino do Amaral Fontoura; entre outros⁵⁷.

Os ideais impressos nos periódicos maçônicos circulavam por todo o território nacional podendo, até mesmo, ultrapassar os limites de nossas fronteiras.

A produção intelectual oriunda da Maçonaria brasileira do séc. XIX expressava os princípios liberais e iluministas em contraposição ao pensamento conservador difundido pelos órgãos de imprensa católica.

As principais bandeiras desfraldadas pelos maçons apresentavam a recorrente ideia de uma sociedade laica e de uma imperiosa defesa das liberdades, especialmente a liberdade religiosa, aliada à luta abolicionista, que pregava a liberdade e a igualdade entre todos os homens⁵⁸.

⁵⁶ GONÇALVES (2012, p.66).

⁵⁷ (BARATA, 2000).

⁵⁸ GONÇALVES (2012, p.164).

A MAÇONARIA E A IMPRENSA NO BRASIL

Criado em 22 de setembro de 1871, o “Boletim do Grande Oriente do Brasil” teve um importante papel na causa abolicionista. Já em seu número de estreia, o editorial adotou uma postura de repúdio perante o cativo, nos seguintes termos⁵⁹:

“A Maçonaria, sem política, nem partidos, dirigiu-se também à resolução do problema. Estabelecido um dos meios da abolição do cancro que destrói infelizmente a nossa sociedade. Era preciso mais um complemento à obra tão dignamente encetada; e ei-lo, sustentado vigorosamente no Parlamento pelo nosso atual Grão-Mestre e a presente administração, tornando-se credora das bênçãos da humanidade e do país por levar a efeito a lei geral que concedeu, desde 28 de setembro, a liberdade a milhares de infelizes que nasceram no Brasil. Não investigar qual seria o melhor meio prático da realização da ideia. O governo do estado certamente reformará a lei, se assim julgar necessário e concluirá sua digna tarefa, extinguindo completamente a escravidão e continuando a introduzir no país o elemento que substitua o braço escravo”.

Esse trecho denota a confiança no governo, justificada pela participação maçônica nele, em especial com o Visconde do Rio Branco⁶⁰.

Por conta da grande visibilidade alcançada pelos meios de comunicação dos maçons, surgiu uma gama de outros jornais com o mesmo propósito. O desprezo pela escravidão era manifestado em tom uníssono e recorrente nessas publicações. O repúdio tendia a discursos inflamados e à reflexão sobre o papel dos maçons naquele momento, conforme podemos conferir no discurso abaixo⁶¹:

“Nenhum erro é mais antigo, nenhuma instituição é mais hedionda do que a escravidão; entretanto, está quase extirpado este medonho cancro social. A Maçonaria unida reassume de hoje em diante seu posto de honra; ela será a guarda

⁵⁹ Texto extraído do “Boletim do Grande Oriente do Brasil: ao Vale do Lavradio”. Rio de Janeiro, RJ: editorial, dezembro de 1871.

⁶⁰ SILVA (2016, p.331).

⁶¹ Texto extraído do “Boletim do Grande Oriente do Brasil: ao Vale do Lavradio”. Rio de Janeiro, RJ: p. 187, maio de 1872.

avançada do progresso da humanidade. Educando o filho, emancipando o escravo, amparando a viúva, protegendo as classes desvalidas e libertando a consciência do homem do férreo jugo do despotismo clerical, ela se recomendará à posteridade pelos relevantes serviços em prol da civilização”.

Na página 98 do mesmo boletim, menciona-se a entrega de 12 cartas de liberdade a menores alforriadas por iniciativa da Ordem⁶².

Percebe-se aqui a forma engajada como a Maçonaria tomava para si a responsabilidade da libertação dos cativos, além da percepção sutil de que estava no caminho para tal.

O envolvimento dos maçons contra a escravidão ocorreu desde as primeiras leis e foi até a participação direta em alforrias e nos movimentos que culminaram na assinatura da “Lei Áurea”.

O ADVENTO DO TELÉGRAFO E A MAÇONARIA

Os telégrafos, aparelhos usados na transmissão de mensagens gráficas a partir de códigos, foram inventados pelos maçons americanos Joseph Henry e Samuel Morse, em 1835.

Morse foi o primeiro a introduzir as linhas telegráficas no mundo inteiro, baseadas no sistema de pontos e traços na codificação das mensagens.

Mais tarde, em 1872, o maçom francês Jean Maurice Émile Buador aprimorou o invento, desenvolvendo um método de divisão da mensagem em vários canais.

Os telégrafos, embora fossem substituídos posteriormente pelos telefones e por outros meios de comunicação, foram muito importantes para sua época.

⁶² SILVA (2016, p.331-332).

Suas linhas se alastraram pelo mundo inteiro durante o século XIX, tendo chegado ao Brasil somente em 1852.

O telégrafo contribuiu para a proliferação dos jornais e a circulação mais rápida das notícias. Em 1876 já se publicavam cerca de 50 jornais diferentes no Rio de Janeiro, mais de 40 em São Paulo, 30 em Pernambuco, 27 na Bahia e 22 no Pará⁶³.

Em 1889, as regiões mais distantes, por muito tempo isoladas devido às dificuldades de acesso, já tinham sido mapeadas, ocupadas e integradas entre si, graças, em boa parte, às novas tecnologias de transporte e de comunicação. Havia cerca de 9.200 km de ferrovias em funcionamento e outros nove mil em construção. A navegação costeira a vapor, inaugurada em março de 1838, reduzira para menos da metade o tempo de viagem entre o Rio de Janeiro e Belém, no Pará. O volume de cartas despachado pelos correios triplicou entre 1881 e 1889, alcançando o número de 55 milhões de correspondências. E o telégrafo, inventado em meados do século, permitia enviar e receber mensagens instantâneas a qualquer distância, num total de 18 mil km de linhas telegráficas em 1889.

Tudo isso, contribuiria positivamente para o desenvolvimento da imprensa nacional⁶⁴.

Desvende mais sobre a *“Maçônica História do Brasil”* nos nossos próximos trabalhos...



Acesse outros trabalhos do autor:

<https://marsonalquati.wixsite.com/entrecolunas>

⁶³ GOMES (2015, p.70-71).

⁶⁴ GOMES (2015, p.68).

BIBLIOGRAFIA

ASLAN, Nicola. ***Uma Radioscopia da Maçonaria***. Londrina, PR: A Trolha, 1997.

BARATA, Alexandre Mansur. ***Luzes e Sombras: a Ação da Maçonaria Brasileira (1870 – 1910)***. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1999.

BARMAN, Roderick J. ***Brazil: The Forging of a Nation (1798-1852)***. Stanford, Califórnia: Stanford University Press, 1988.

BARROSO, Gustavo. ***História Secreta do Brasil***. São Paulo, SP: Companhia Editora Nacional, 1939.

BOLETIM DO GRANDE ORIENTE DO BRAZIL: ***Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira (1871-1874)***. Rio de Janeiro, RJ: Fundação Biblioteca Nacional – Seção de Periódicos. Localização: PR-SOR 03745 [1-13].

BOLETIM DO GRANDE ORIENTE UNIDO E SUPREMO CONSELHO DO BRAZIL: ***Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira (1872-1874)***. Rio de Janeiro, RJ: Fundação Biblioteca Nacional – Seção de Periódicos. Localização: PR-SOR 03950 [1-5].

CASTELLANI, José. ***A Maçonaria Brasileira na Década da Abolição e da República***. Londrina, PR: A Trolha, 2001.

CELENTE, Antônio César. ***Epopeia Farroupilha e a Maçonaria Riograndense***. Porto Alegre, RS: Casa do Pensamento Livre, 2004.

CORDEIRO, Vital Lopes ***A Influência Política da Maçonaria no Período Pré-independência do Brasil***. Brasília, DF: Curso de Especialização em Instituições e Processos Políticos do Legislativo do Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento da Câmara dos Deputados, 2008.

COSTA, Sérgio Corrêa da. ***Brasil: Segredo de Estado – Uma Incursão Descontraída pela História do País***. Rio de Janeiro, RJ: Ed. Record, 2001

D'ALBUQUERQUE, Arci Tenório. ***A Maçonaria e a Independência do Brasil***. 3ª edição. Rio de Janeiro, RJ: Ed. Aurora, 1971.

A MAÇONARIA E A IMPRENSA NO BRASIL

DE LUCCA, Tânia Regina; MARTINS, Ana Luiza. **História da Imprensa no Brasil**. São Paulo, SP: Contexto, 2008.

FAGUNDES, Morivalde Calvet. **A Maçonaria e as Forças Secretas da Revolução**. 2ª edição. Rio de Janeiro, RJ: Ed. Aurora, 1975.

FAGUNDES, Morivalde Calvet. **História da Revolução Farroupilha**. Porto Alegre, RS: Ed. Martins, 1984.

FAGUNDES, Morivalde Calvet. **Subsídios para a História da Literatura Maçônica Brasileira do Séc. XIX**. Caxias do Sul, RS: Educs, 1989.

GOMES, Laurentino. **1808: Como Uma Rainha Louca, Um Príncipe Medroso e Uma Corte Corrupta Enganaram Napoleão e Mudaram a História de Portugal e do Brasil**. 2ª edição. São Paulo, SP: Ed. Planeta do Brasil, 2014.

GOMES, Laurentino. **1822: Como Um Homem Sábio, Uma Princesa Triste e um Escocês Louco por Dinheiro Ajudaram D. Pedro a Criar o Brasil**. Rio de Janeiro, RJ: Ed. Nova Fronteira, 2010.

GOMES, Laurentino. **1889: Como Um Imperador Cansado, Um Marechal Vaidoso e um Professor Injustiçado Contribuíram para o Fim da Monarquia e a Proclamação da República no Brasil**. 1ª Edição – 6ª reimpressão. São Paulo, SP: Ed. Globo S.A., 2015.

GOMES, Manoel. **A Maçonaria na História do Brasil**. Rio de Janeiro, RJ: Ed. Aurora, 1975. GONÇALVES, Thiago Werneck. **Periodismo Maçônico e Cultura Política na Corte Imperial Brasileira (1871-1874)**. Niterói, RJ: Universidade Federal Fluminense/Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, 2012.

LEITE, Hélio Pereira. **Heróis da Maçonaria e da Pátria Brasileira VI – Hipólito J. da Costa**. Florianópolis, SC: Inform. JB News - Inform. nº 1773. Disponível em: <http://www.jbnews33.com.br/informativos/jb_news-informativo_nr_1773.pdf>. Acessado em 15/10/2015.

LYRA, Heitor. **História de Dom Pedro II – 1825-1891 – vol. III: Declínio – 1880-1891**. São Paulo, SP: Edusp, 1977.

PÍCOLI, Mariana de Almeida. **Ideias de Liberdade na Cena Política Capixaba: o Movimento Abolicionista em Vitória (1869/1888)**. Vitória, ES: Dissertação de Mestrado de Ciências Humanas e Naturais – Universidade Federal do Espírito Santo, 2009.

A MAÇONARIA E A IMPRENSA NO BRASIL

PONTES, Márcio Antonio Silva. **O Contributo da Maçonaria Para a Abolição da Escravatura**. Rio de Janeiro, RJ: PUC, 2010

SILVA, Tiago César da; Vanessa Faria e Silva. **O Outro Lado da Abolição: O Envolvimento dos Maçons e dos Negros no Processo de Emancipação do Trabalho Escravo**. Site Oficial Casa Rui Barbosa. Canal Eletrônico. Disponível em: <<http://www.casaruibarbosa.gov.br/arquivos/file/tiago.pdf>>. Acessado em 25/01/2016

SILVEIRA, José Luiz. **Revelações Históricas da Maçonaria**. Porto Alegre, RS: Ed. Ind., 1985.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo. **História Geral do Brasil: antes de sua separação e independência de Portugal**. Volume V. Revisão e notas de Rodolfo Garcia. São Paulo, SP: Melhoramentos, 1957.